

A Geografia e a percepção do espaço *

Paul Claval

Universidade de Paris IV

1 — A GEOGRAFIA CLÁSSICA FRANCESA E A PERCEPÇÃO

Os problemas da percepção do espaço há muito vêm interessando aos geógrafos. Sua curiosidade era paralela à dos psicólogos e dos etnólogos. No início do século observa-se na França, por exemplo, uma série de trabalhos sobre o significado do espaço, a orientação nas populações primitivas e a estruturação da percepção do distante (*perception lointaine*). V. Cornetz (1909, 1913) retoma, muitas vezes, a questão que interessa igualmente a Emile-Félix Gauthier (1908), que talvez tenha sido o iniciador. A. V. Gennepe (1911) aborda este mesmo tema em seus trabalhos sobre folclore. As observações dos psiquiatras são um pouco mais tardias, como por exemplo Pierre Marie e P. Behague

(1919), logo após a Primeira Guerra Mundial. Edouard Claparède (1943), Jean Casamajor (1927), Pierre Jaccard (1926, 1932) devolveriam, no final dos anos 20, uma certa atualidade à orientação a distância. É o momento também em que Etienne Rabaud (1927) publica uma obra importante sobre *L'orientation lointaine et la reconnaissance des lieux*. Depois a curiosidade arrefece na Europa, tanto entre os geógrafos como entre os psicólogos ou então se modifica, muda de escala, e aborda de preferência a percepção do próximo (*perception proche*), que constitui um campo mais acessível ao psicólogo que se dedica aos métodos experimentais.

Os geógrafos de tradição francesa, entretanto, continuaram a insistir em certas formas da percepção do meio ambiente e sobre sua significação geográfica — mas o fizeram de uma maneira tão de-

* Transcrito de *L'Espace Géographique*, n.º 3, 1974, 179-187. Doin, 8, place de l'Odéon, Paris — VI^e, com autorização dos Editores. Tradução de Sylvia Heller, do CEDIT/DIRED.

turpada que nem sempre tiveram consciência da originalidade de seu trabalho. A partir das observações dos geólogos, no século passado, percebeu-se o valor dos nomes populares de lugares (*pays*), para definir as divisões do espaço em regiões naturais e históricas. Durante os vinte últimos anos do século XIX, chegou-se mesmo a propor uma explicação que expressasse a concordância quase perfeita das áreas delineadas pelos elementos físicos a daquelas que são fruto da história e exprimem a apreensão comum do meio por aqueles que o habitam: para autores como Pierre Foncin (1898), a coincidência é bastante natural, pois as regiões francesas se forjaram no alvorecer da história, na Gália pré-romana e romana, modelando-se sobre dados físicos, e guardando desde então uma vitalidade notável. As análises minuciosas de Lucien Gallois (1908) têm um efeito corrosivo sobre essas hipóteses: ele revela a imprecisão e a variabilidade de inúmeras denominações populares. As regiões (*pays*) viram suas fronteiras avançar ou recuar desde a Idade Média; não seria o sinal de uma certa deformação da percepção vulgar?

Nos estudos geográficos, continua a inquietação pela maneira como o espaço é sentido e como é dividido. As teses relativas às regiões francesas ou estrangeiras dedicam, quase todas, alguns capítulos a estes problemas: elas introduzem assim, na interpretação dos agrupamentos, uma parte da subjetividade coletiva ausente na maioria dos autores estrangeiros. Isto se verifica sensivelmente quando se compara a abordagem adotada, quando se fala de países culturalmente afastados. David Sopher (1974) nota que na Índia, a tradição geográfica de inspiração britânica fez com que jamais se desse importância a tudo o que diz respeito às divisões vernaculares do

espaço: a Geografia da Índia aparece então curiosamente como desprovida de dimensão regional, de sentido dos lugares, de profundidade psicológica. Uma só exceção à regra: Arthur Geddes (1927), britânico, mas formado por seu pai dentro de um espírito muito próximo ao da geografia francesa, completou seus estudos em Montpellier. Quando ele defende uma tese, em francês, sobre a Índia, encontra na Bengala Ocidental, no "*pays de Tagore*", uma estrutura regional diferente daquelas que se está acostumado na Europa, mas que lhes é logicamente equivalente.

O significado do espaço, a maneira como o meio é percebido, só raramente são objeto de pesquisa direta. Na Geografia francesa, são lidos através dos eruditos locais e historiadores, através, também, dos testemunhos que a toponímia fornece sobre aquilo que pertence a uma região: explica-se assim o paradoxo de uma tradição cuja superioridade sobre as escolas estrangeiras se deve ao lugar que ela dedica às interpretações vividas, porém sem as apreender diretamente, e sem lhes reconhecer mais, após a publicação do trabalho de Gallois, *droit de cité*.

O caso de Albert Demangeon é bem sintomático dessas posições metodológicas. Quando ele estudava a planície da Picardia (1905), no início do século, seu propósito, entre outras coisas, era mostrar as relações entre as divisões geográficas que se lêem nas paisagens e têm suas raízes no meio ambiente, e as condições da história e do povoamento, tais que os nomes populares dos lugares e as divisões derivadas dos quadros antigos ou feudais permitem apreender. Além disso, ele concede sempre um grande espaço em suas preocupações à análise dos fatos da psicologia coletiva. Quando tenta explicar a originalidade do Império Britânico (1923), ele se de-

dica a uma análise das atitudes e das instituições que delas nascem ou que as condicionam: ele destaca, desse modo, aquilo que faz a eficácia da burocracia colonial inglesa, preocupada com a rentabilidade, apta a explorar as indicações fornecidas pelos cientistas e indiferentes às civilizações, a não ser para definir as regras que permitem fazer funcionar de maneira harmoniosa a *indirect rule* utilizada em quase todos os lugares. Não é um estudo do modo pelo qual um certo grupo, o dos militares, funcionários do *Colonial Office* e dos homens de negócios da *Cité*, percebeu os espaços diferentes para os utilizar?

Contudo, Demangeon era muito reticente ante certas formas da análise psicológica: ele a julgava perigosa quando esta levava a privilegiar fatos de consciência individual. Jean Gottmann (informação oral, no Congresso de Montreal) explica assim a crítica ferrenha que ele consagra, em 1940, às vésperas de seu desaparecimento, à Geografia psicológica de Georges Hardy. Assim, para a maioria dos geógrafos franceses e, segundo os pontos de vista conformes à doutrina de Demangeon, considera-se as disposições psicológicas, os fatos de percepção e de representação, sob a condição de que sejam coletivos; tem-se a certeza, assim, de ficar num terreno sólido se os tomamos de testemunho objetivamente mensuráveis e cartografáveis, que são as denominações, as obrigações de fidelidade aceitas ou recusadas, as formas de pertencer claramente manifestadas pelo conjunto de uma população.

Sempre existiu, à margem desta posição de algum modo oficial, um certo número de dissidentes: para os colegas que devem sua inspiração a Jean Brunhes, o interesse pelos fatos culturais, pelo folclore, pelos comportamentos e as crenças locais sempre se manteve vivo: isto levou Deffontaines

(1968) a se interrogar sobre as atitudes das civilizações frente à morte, à vida — a esboçar assim a Geografia de certas percepções. O interesse dessas pesquisas teria sido ainda maior, sem dúvida, se a maneira pela qual o espaço é vivido tivesse sido mais observada — mas a Geografia à maneira de J. Brunhes é menos regional dentro de suas ambições que a geografia à maneira de Raul Blanchard, ou à maneira de Demangeon, e foram estes mestres que modelaram quase toda a Geografia francesa entre as duas Guerras Mundiais.

Quando um pesquisador se confronta com um meio culturalmente estrangeiro, não participa do sistema de interpretações espaciais que o guia em outros momentos de sua prática, ele não pode mais simular a objetividade, apoiando-se ao mesmo tempo amplamente em fontes que iluminam seu trabalho de todas as significações que a cultura local confere ao espaço. O que fazer? Gallais (1967) nos transmite sua experiência. A organização do delta interior do Niger, durante muito tempo, lhe foi incompreensível: ele sente que ela obedece a um plano, mas não percebe sua lógica. Quando o conhecimento da língua *peule* se torna mais sólido, ele apreende a trama que lhe escapava, vê como os diversos meios são avaliados, e como se combinam, reunidos nestas unidades fundamentais que constituem as regiões *peules*, os *leydus*: ele revela ao mesmo tempo a hipocrisia da posição daqueles que trabalham na sua própria área cultural. O valor de seu trabalho não deriva da perfeição dos dados objetivos que eles utilizam: ela resulta da cumplicidade que lhes permite introduzir uma parte de subjetividade sem a confessar, sem mesmo estarem conscientes.

Os problemas de percepção, portanto, sempre atraíram a atenção dos geógrafos franceses, mas sua

posição ficou marcada pela ambigüidade. Desde o momento em que um dentre eles ampliava de modo demasiadamente visível a parte reservada ao sentido da vivência local, uma certa reticência se manifestava — basta lembrar, por exemplo, a acolhida reservada ao *Travail en Sicile*, de Renée Rochefort (1961). A maior parte de seus colegas não hesitam em mostrar a maneira como as divisões locais são sentidas. Que outra coisa faz ela, senão interrogar-se sobre a maneira como o meio é percebido, e dar ao trabalho um colorido diferente daqueles que nos são familiares? Contudo, para muitos, esta é uma atitude perigosa ou, pelo menos, presunçosa.

A Geografia clássica francesa deu mais importância ao fato da percepção e ao seu papel na organização do espaço, do que qualquer outra escola. A curiosidade pelos fatos culturais, que se manifesta na Alemanha e nos Estados Unidos, teria podido levar ao mesmo caminho, mas os geógrafos foram marcados ou por sua formação de naturalistas ou pela preocupação em realizar uma descrição perfeitamente neutra dos fatos de comportamento, segundo o modo behaviorista ou do cientificismo que dominavam então o ponto de vista metodológico nesses países. Na própria Alemanha, onde as reflexões epistemológicas sobre a significação haviam conferido uma grande originalidade às ciências sociais, os geógrafos não se sentiam atingidos pelo debate. Eles tiraram partido das distinções propostas por Rickert, entre estudos nomotéticos e pesquisas idiográficas, mas não insistiram na oposição entre o que é explicável pelo exterior e o que só pode ser compreendido graças ao poder de interiorização do sujeito. Para se perceber, basta consultar o grande estudo que Hartshorne (1939) consagrou à natureza da Geografia; não só a escola de retorno a Kant se encontra fre-

qüentemente citada, como faltam indicações sobre as influências de Max Weber. O pensamento social alemão e sua carga de subjetividade permanecem sem influência sobre a prática geográfica recente.

2 — BEHAVIORISMO E PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

Muito curiosamente, é dos países anglo-saxões que veio o interesse atual pelos problemas da percepção. No começo, a curiosidade pelo tema é motivada mais pelas lacunas dos esquemas teóricos comumente utilizados que pela preocupação em explorar o universo vivido. O que se convencionou chamar de revolução quantitativa, e que constitui mais exatamente uma revolução teórica, se desenvolveu durante os anos 50, apelando para os empreendimentos da economia espacial. Admitia-se um certo número de princípios: o da transparência do meio (é indispensável para que cada um tome suas decisões perfeitamente informado), em seguida o da racionalidade da escolha (isto é, da possibilidade, para os agentes, de classificar todos os objetos segundo uma escala de preferência única, transitiva e estável).

Por volta dos anos 50, estes postulados são postos em questão por Herbert Simon (1957). Interessando-se pelos comportamentos dos agentes econômicos e em particular das firmas, ficou impressionado com a diversidade de motivações dos que participam da definição da política da empresa, o que introduz evidentemente ordens múltiplas de preferência, e pode chegar até à incoerência das escolhas. Continuando sua crítica, ele observa que a informação de que dispõem os sujeitos raramente está completa. As duas condições do

raciocínio econômico em geral não se acham verificadas. Simon explora então modelos de comportamentos imperfeitamente racionais e fala de comportamentos de *satisficers*, quer dizer, motivados mais pelo desejo de atingir um certo nível de satisfação que pela preocupação de maximizar rendimentos e utilidade.

Os geógrafos captam rapidamente as vantagens que podem lhes trazer os modelos do homem propostos por Herbert Simon, visto que as situações que eles descrevem estão longe de estar em conformidade com as condições de transparência e de racionalidade dos esquemas clássicos. Entre as imperfeições do conhecimento, não são algumas devidas aos limites de nossos sentidos, à fragilidade de nossas percepções? Eis os pesquisadores lançados neste novo domínio com a preocupação de elaborar uma teoria mais apta a explicar as observações do que a construção normativa dos economistas.

Julian Wolpert é um dos primeiros que transpõe para o domínio da Geografia as novas concepções de Simon. Ele analisa, por exemplo, o afastamento entre decisões reais e decisões ótimas no caso dos fazendeiros da Suécia Central (1964); prova que eles agem naturalmente segundo o modelo do *satisficer*. No ano seguinte, ele se lança à interpretação dos movimentos migratórios. Os dados são abundantes e precisos em certos países, particularmente na Suécia. As teorias propostas no espírito da economia clássica não dão conta a não ser muito parcialmente dos fluxos observados. As diferenças de salário, as oportunidades intermediárias só explicam uma pequena parte da realidade. Isto não se deve ao fato de se raciocinar como se o meio fosse transparente e os agentes perfeitamente informados? Wolpert propõe um outro quadro: todos os indivíduos de uma população são

passíveis de migrar. No entanto, nem todos os candidatos possíveis partem: eles só se decidem à aventura, quando o que esperam encontrar em outro lugar ultrapassa suficientemente aquilo que têm no seu lugar de origem. A partida corresponde ao ato de transpor um limiar. Permanentemente, os agentes comparam a utilidade que os diferentes lugares lhes oferecem e se decidem quando os afastamentos se tornam superiores a um limite.

A Geografia dos movimentos é, pois, comandada por aquela dos valores conferidos aos lugares. Como são eles afetados? É um problema de percepção, de percepção do distante (*lointaine*): a psicologia é o centro dos novos desenvolvimentos teóricos. O esquema de Wolpert renovou o estudo dos movimentos de população abrindo para a análise econômica um campo que lhe era rebelde.

Assiste-se a uma evolução análoga num outro domínio: o da luta contra as calamidades naturais. Estas fizeram tantos estragos nos Estados Unidos que enormes programas de dragagem de rios, construções de barragens, proteção aos litorais foram lançados nos anos de 1930-40. Como relata Gilbert White (1973), os resultados se mostraram, rapidamente, decepcionantes: à medida em que os equipamentos se tornavam mais perfeitos, as decisões para a utilização das terras inundáveis ficavam mais audaciosas, tanto que os prejuízos causados pelas enchentes não diminuían. Apesar das enormes quantias investidas, o problema não estava resolvido, muito pelo contrário. A partir de 1965 (*White et alli*, 1958), um grupo de geógrafos percebeu que a abordagem escolhida devia ser modificada: o fracasso do programa federal deveu-se ao fato de que não houve preocupação com as motivações que determinam as decisões de

utilização de terras, suscetíveis de serem afetadas pelos fenômenos de violência excepcional.

Uma boa parte das utilizações novas não será devida a subestimação, por parte do público, da probabilidade de ocorrência das catástrofes e à superestima da eficácia das medidas adotadas para lutar contra as inundações, ressacas ou qualquer outro cataclisma? Eis aqui um estudo da percepção colocada em primeiro plano, e também numa perspectiva econômica. A partir de 1962, multiplicam-se as publicações sobre este tema. R. W. Kates dá partida, ao voltar-se para a percepção do acaso e das possibilidades de escolha nas planícies inundáveis: seu estudo é publicado em 1962. O esquema de análise se aperfeiçoa muito rapidamente, como provam os trabalhos que Burton e Kates consagram à percepção dos acasos naturais na administração de recursos (White, 1962, 1964; Kates, 1963; Burton e Kates, 1964; Kates e Wohwill, 1966). Daí em diante, o tema torna-se popular. Abandona-se o interesse exclusivo pelas planícies inundáveis. Em 1966, T. F. Saarinen mostra como se detecta o risco de seca nas Grandes Planícies. As decisões dos agricultores instalados nas terras marginais do Oeste, em geral não são irracionais; se considerarmos exata a avaliação do risco que eles fazem, sua escolha é boa, mas o risco geralmente é subestimado.

Nos estudos desse gênero, aprende-se a utilizar as técnicas desenvolvidas pelos psicólogos para avaliar a percepção. Saarinen fez entrevistas: apresentando às pessoas interrogadas uma série de fotografias que representam situações típicas, pôde comparar suas reações, medir a exatidão de suas interpretações. Ele aprende assim a fazer do estudo da percepção um capítulo preciso da Geografia.

Esta corrente de pesquisas recorre, no entanto, bem pouco à

psicologia e, praticamente, não se preocupa com os problemas oriundos do conteúdo vivenciado da percepção, sua origem, ou a formação de esquemas mentais. Mas a curiosidade se expande rapidamente. Em 1967, a Universidade de Chicago publica as atas de um seminário dirigido por David Lowenthal, relativo à percepção do meio ambiente e ao comportamento. A preocupação de perceber as imperfeições na apreciação do mundo exterior, acrescentam-se então duas outras, como demonstram as análises de Henry Brookfield (1969) e Roger Downs (1970).

A curiosidade pelos problemas da percepção do meio ambiente longínquo adquire novas formas. Não se trata mais de explicar, como se tentava no começo do século, o modo como o indivíduo organiza sua experiência e a utiliza para se orientar nos meios que ele já percorreu ou que não tenha jamais visto. Como em todos os trabalhos motivados pela análise da decisão, destacam-se as preferências: como são repartidos os lugares onde se gostaria mais de viver? É possível estabelecer os mapas da utilidade das cidades no interior de uma nação, como no esquema proposto por Wolpert, para explicar os movimentos migratórios? Peter Gould (1966) responde afirmativamente: ele estabelece os mapas mentais dos alunos e dos estudantes que estão para terminar seus estudos nos Estados Unidos. Ele lhes pede para classificar os quarenta e oito estados por ordem de preferência. Submete os dados assim obtidos para vários pontos do território a uma análise fatorial que lhe permite evidenciar muitas dimensões nas respostas expressas. A primeira mede o campo geral dos gostos, mostra a presença (em todos eles) de um mesmo esquema que estende da Nova Inglaterra à Califórnia as zonas mais valorizadas, põe à parte o Sul, valoriza pouco o Oeste interior e às Gran-

des Planícies, mas abre uma exceção para o sopé das Rochosas, na região de Denver. A segunda dimensão faz aparecer uma estruturação diferente: ela se apresenta sob a forma de faixas meridianas. Peter Gould vê aí a prova de que o espaço é organizado no espírito dos americanos, segundo as faixas que traduzem as etapas da frente pioneira que varreu o território de Leste a Oeste.

Peter Gould associou-se a R. R. White (1966) para dedicar-se a um estudo análogo junto aos estudantes ingleses: um componente geral os faz preferir as regiões meridionais de clima mais clemente — sobretudo aquelas que escapam da poluição e não são muito povoadas, o Devon e o Somerset. Apesar de seu meio mais frio e mais úmido, o distrito dos Lagos é também dos mais votados. As zonas urbanizadas, só são valorizadas quando, carregadas de história, guardam uma dimensão humana e oferecem um meio intelectual particularmente vivo — Cambridge goza do prestígio da maior parte.

A outra corrente de pesquisas, que se manifesta a partir de então, tem raízes um pouco mais antigas. Em lugar de se interrogar sobre a avaliação do meio ou sobre as preferências espaciais, ela procura ver como o espírito estrutura o espaço que percebe: neste ponto há uma ligação com as pesquisas indicadas no começo de nosso século; a ótica mudou no entanto, porque a teoria da forma fornece um quadro de referência que insiste ainda mais na apreensão dos conjuntos, nas configurações apreendidas, nos elementos que parecem mais contribuir, em todos os casos, à definição da imagem. Kevin Lynch serve de modelo, graças a seu trabalho sobre *A Imagem da Cidade (L'image de la ville, 1960)*. Sua grande idéia é de que o homem deve poder orientar-se, guiar-se no espaço: sua pes-

quisa visa a sublinhar aquilo que o guia através do labirinto aparente das vias urbanas. Certos elementos atraem a atenção e é em torno deles que a imagem da cidade se forma. O trabalho de Lynch já deixa a impressão que falta muitas vezes à imagem espacial coesão e continuidade — nem tudo é apreendido, há lacunas, falhas naquilo que é retido. Trabalhos posteriores (indicados em Downs, 1970) retomaram este ponto. Eles acentuam que havia, freqüentemente, toda uma hierarquia de imagens no indivíduo — estas representações se situam em escalas diferentes e são mobilizadas nos contextos em que a dimensão não é a mesma.

Ao insistir nos novos aspectos da percepção, detendo-se mais longamente na análise das imagens que daí resultam e que guiam a ação, o interesse das pesquisas já se ampliava (Brookfield, 1969 — Downs, 1970). Não se tratava mais somente de descobrir porque os comportamentos são imperfeitamente racionais: era toda uma nova teoria do comportamento que pouco a pouco se integrava à pesquisa dos geógrafos, uma teoria que deve muito, evidentemente, aos trabalhos de Simon, mas que encontrou sua primeira expressão no estudo que Kenneth Boulding consagrou à imagem (1956). A idéia diretriz é que a ação é função da imagem que fazemos do mundo, que esta dependência se faz de uma maneira freqüentemente complexa, que é importante precisar.

Curiosamente, os trabalhos dos psicólogos não pesam nada no desenvolvimento dessas novas direções de pesquisa, como se a percepção fosse um assunto reservado aos economistas e aqueles que os imitam para aperfeiçoar as teorias tradicionais da ação. No máximo vemos, às vezes, uma referência respeitosa às publicações de Piaget (1936) e Inhelder (1948), sobre a

percepção do espaço na criança e a construção progressiva das noções de base da geometria.

Como explicar esta curiosa indiferença? Pelo fato de que as curiosidades de uns e de outros não se inscreviam na mesma escala, pelas atitudes que ainda prevalecem entre muitos psicólogos. Os estudos neste campo foram marcados de maneira duradoura pelos progressos da anatomia do século XIX. Depois dos trabalhos de Magendie na França, Bell na Inglaterra e Müller na Alemanha aprende-se que há sempre separação entre as fibras nervosas sensitivas e as fibras nervosas motrizes. Separa-se desde então, totalmente, a pesquisa sobre as atividades cognitivas daquelas do comportamento (Bruner e Postmar, 1947).

A tradição positivista que domina a psicologia no fim do século passado e no começo de nosso século orienta os trabalhos na direção daquilo que pode ser objeto de experiência de laboratório: é fácil analisar as reações de indivíduos postos em presença de objetos no ambiente de um cômodo. É mais delicado imaginar dispositivos perfeitamente controlados para precisar a maneira como o mundo longínquo ou o meio em sua totalidade são percebidos e julgados.

As idéias dos psicólogos começaram a se modificar por volta dos anos 40. Fica cada vez mais nítido que a percepção não é independente das outras faculdades do ser humano, que ela não poderia ser compreendida como uma função de limiar, um controle sobre os *inputs* recebidos pelo ser, independentemente de sua inteligência, de suas motivações, de suas preferências. A. Ames (1949), E. Brunswick (1943), descobrem o peso da percepção no conjunto das atividades e das atitudes do sujeito — o estudo dos erros, das deformações, das ilusões óticas. O espírito

existiria sem os *stimuli* que recebe e os atos pelos quais reage? A percepção é assim preparada pelo conjunto das experiências que permitiram chegar anteriormente aos esquemas de comportamento eficazes: ela não é um processo simples onde tudo se reduz a um estímulo e à resposta que ele provoca. Entre o estímulo e a resposta se situa uma série de variáveis intermediárias, para retomar a expressão de Roger Downs (1970). Os geógrafos estabelecem uma lista dessas variáveis e as levam cada vez mais em conta, em suas pesquisas. Tem-se, no entanto, a impressão que nem todos perceberam o alcance da mudança de enfoque trazido para a psicologia pelas pesquisas de Bruner e Goodman (1947). O estudo da percepção está, de fato, muito próximo daquele das atitudes, dos preconceitos, das opiniões que se situava num capítulo bem diferente. Não se pode mais evitar as perguntas sobre a subjetividade dos indivíduos.

3 — PERCEPÇÃO E FENOMENOLOGIA

Os geógrafos sentiram a necessidade dessa mudança mais ou menos na mesma época que os psicólogos. William Kirk (1952, 1963) foi sem dúvida o primeiro a insistir na necessidade das abordagens fenomenológicas — mas seu primeiro artigo, escondido numa revista indiana pouco acessível, permaneceu muito tempo sem ressonância. Quando David Lowenthal (1961) publica seu trabalho sobre a epistemologia da Geografia, aborda um tema praticamente virgem, insistindo sobre a importância do vivenciado, dos sistemas de significação e da abordagem fenomenológica. Após um longo rodeio, eis a Geografia mais moderna redescobrendo algumas

das vias que haviam feito há muito tempo a fecundidade da escola francesa — mas em lugar de aplicá-las sem ousar confessá-lo, ela os esclarece, daí por diante, com insistência, e tenta tirar todas as conseqüências disto, sistematicamente.

Os geógrafos recebem desta renovação mais do que a idéia de que convém estudar a percepção como portadora da marca de todos os seres e de sua história íntima? Não, porque os psicólogos custam muito a mudar a escala de suas pesquisas. Ao longo dos anos 40 e 50, o essencial de suas publicações é ainda consagrado à análise das reações dos indivíduos a objetos próximos, às realidades de pequena dimensão. As reflexões mais originais são ação de homens de laboratório. Pouco a pouco, durante os anos 60, a escala muda, a curiosidade se orienta para a percepção do contexto global. Ela deixa de ser exclusivamente condicionada pela preocupação experimental. Afinal, se se admite que a inteligência se forma no diálogo que o indivíduo, levado por uma necessidade inata de ação, mantém com o próximo real, é todo um quadro da vida quotidiana da criança, e depois do adulto, que se deve tomar em consideração para compreender a gênese da percepção (Piaget, 1936 e White, 1959). Aprende-se assim a ler o efeito das experiências anteriores, o papel dos filtros sociais que a linguagem impõem freqüentemente à percepção, assim como o peso dos valores interiorizados que determinam as deformações ou as colorações impostas ao mundo.

Apesar de tudo, os trabalhos consagrados à cidade, à região, ao grande espaço são raros: os psicólogos analisam de bom grado o que se passa no lar, no jardim que o cerca, no bairro ou na aldeia. Eles estudam o comportamento dos indivíduos nos quadros de pequena dimensão, um serviço num

hospital psiquiátrico, estudantes numa biblioteca. Acima desse nível, sua curiosidade apenas começa a se afirmar. Os progressos da *proxémique* são, no entanto, rápidos, seus resultados já são úteis ao geógrafo: este não pode ignorar os subsídios trazidos por trabalhos como os reunidos por Proshansky, Ittelson e Rivlin (1970), em matéria de percepção no meio ambiente, do mesmo modo que não pode desprezar a inspiração que anima a obra que Abraham Moles e Elizabeth Rohmes (1972) consagraram à Psicologia do espaço (*Psychologie de l'espace*).

É finalmente nos ensaístas, filósofos (Materé, 1962; Cayrol, 1968; Hall, 1969) que os geógrafos se inspiram mais amplamente para dar ao estudo da percepção as dimensões que ela deve tomar. O problema não consiste somente em perceber em que medida a imagem que o homem tem do mundo não é fiel e o porquê disto. É compreender como, desde o nível da percepção, o homem instala sobre os objetos que ele percebe uma rede de significações que refletem sua experiência, o grupo no qual ele foi formado, algumas de suas aptidões: cada indivíduo cria assim, em parte, o meio ambiente que vivencia.

As técnicas imaginadas pelos psicólogos e retomadas por Saarienen (1966), aquelas forjadas por geógrafos como Peter Gould (1966), não se prestam ao estudo destas conotações: elas contudo parecem, daí em diante, essenciais. A tentativa de Lynch (1960), a dos antropólogos habituados a perceber as diversas significações dadas às mesmas coisas são, sem dúvida, mais adaptadas às novas curiosidades: aprende-se a ler os contornos das preferências individuais e coletivas, a perceber o peso da língua na organização do meio por cada um, a reencontrar as estruturas comuns das imagens e das representações. Trata-se, en-

tretanto, apenas de empreendimentos preparatórios que deixam sem exame o problema essencial — o da origem do sentido que o indivíduo confere ao mundo na ocasião da percepção.

A Geografia da percepção visa muito além da simples compreensão dos esquemas de comportamento: ela tenta descobrir aquilo que une o homem à terra, o que o enraíza, o que dá à sua vivência uma densidade particular. Nos países anglo-saxões, a moda é de se interrogar sobre o *sense of place*, o sentimento que se tem pelos lugares, pelo que é específico de cada um, — o que nos prende ou nos afasta — para aquilo que faz de cada lugar um ponto privilegiado, único num espaço cujos componentes deixam de ser anônimos e intercambiáveis. A pesquisa geográfica se religa assim a uma certa tradição idiográfica, porém dentro de uma ótica estranha ao excepcionalismo da Geografia regional de há pouco tempo atrás. Ela se interroga, após Vance Packard (1972), sobre o que acontece quando uma civilização perde o sentido dos lugares, quando ela não é mais do que uma *nação de estrangeiros*. Ela procura descobrir o que passaram a ser os sentidos tradicionalmente conferidos aos objetos que individualizam o quadro da vida quotidiana num mundo onde os grupos se abrem para uma civilização universal: David Sopher (1973) mostra o jogo dos símbolos de ligação particularista que se substituem aos significados de sempre e faz, de paisagens bem conservadas, conjuntos novos para aqueles que as frequentam.

Segue-se, em muitos pesquisadores, a esperança de descobrir certas constantes que estão por trás da multiplicidade das interpretações que os indivíduos dão do mundo: não é a experiência íntima de cada um que elas refletem e não se poderia, por esse viés

reencontrar em todas as imagens os mesmos componentes fundamentais resultantes de experiências similares à maneira da “poética do espaço” esboçada por Gaston Bachelard (1957). Começa-se a evocar uma Geografia de arquetipos comuns aos indivíduos e aos grupos e que guiam as formas que eles impõem ao mundo: o privilégio do círculo, o papel do lar, do sótão, do porão que interessavam ao filósofo francês; hoje em dia, entretanto é a cidade, a comunidade, os monumentos que prendem a atenção dos geógrafos.

De civilização em civilização, há certamente diferenças na experiência fenomenológica. Edward Hall (1969), esboça um quadro destas oposições quando nota as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos que entram em relação: em função da cultura a que pertencem, a maneira de se falar, de se olhar, a distância em que se colocam varia. Contudo, a abordagem antropológica pode ir muito mais longe. As pesquisas que Paul Wheatley (1971) faz há muitos anos o demonstram; ele se interroga sobre as origens da cidade. Ele destaca em sua análise do caso chinês, que a cidade, era, antes, um centro cerimonial cujo papel era sobretudo, simbólico; trata-se aqui de uma etapa necessária na passagem das sociedades arcaicas às sociedades intermediárias: as primeiras falam apenas a língua das relações familiares. As segundas conseguem uma integração muito mais ampla: elas têm necessidade de aceitar, por essa razão, uma ordem comum, uma autoridade religiosa geral. Assim os traços da paisagem e a percepção da qual eles são o objeto, traduziriam a estrutura profunda dos grupos e daquilo que consolida sua arquitetura. Concebida deste modo, a análise da percepção coloca, em evidência, a relatividade do sentido do vivenciado, e as bases sociais que o explicam: eis uma

interpretação bem próxima da que muitos estruturalistas e marxistas propõem na França. Os pesquisadores são assim conduzidos a se indagar sobre o que determina o conteúdo da experiência e, com muita frequência, notam que as distâncias que existem entre os grupos refletem os níveis da tecnologia e da organização.

A Geografia da percepção deve ser interesse atual à emergência dessas interpretações. Ela o deve mais geralmente ao relevo dado à experiência íntima. Seu desenvolvimento corresponde a uma transformação profunda da atitude perante o mundo. A curiosidade desinteressada do sábio que se es-

força por ignorar as motivações daqueles que ele estuda já passou de moda. Ele é criticado — muitas vezes com razão — de ser incapaz de tranquilizar o indivíduo, de dizer-lhe o que deve fazer. A juventude tem necessidade de um conhecimento que não seja puramente intelectual. Ela gostaria de encontrar no conhecimento um método para compreender, e regras para agir, a um só tempo. Estas regras não podem ser percebidas sem a referência ao sujeito: a Geografia da percepção se beneficia, assim, da evolução da filosofia científica, que é origem dos radicalismo que há 10 anos proliferaram por toda a parte¹.

4 — BIBLIOGRAFIA

AMES A. Jr. (1949), *Nature and origin of perception*. Hanover (N.-H.), the Hanover Institute.

BACHELARD Gaston (1957), *La poétique de l'espace*. Paris, PUF, 215 p.

BOULDING Kenneth (1956), *The image*. Ann Arbor, University of Michigan Press.

BROOKFIELD Henry C. (1969), On the environment as perceived. P. 51-80 de : BOARD Christopher, CHORLEY Richard J., HAGGETT Peter, STODDART David R. (éd.), *Progress in Geography I*. Londres, Edw. Arnold.

BRUNER J. S., GOODMAN C. (1947), Value and need as organizing factors in perception. *Journal of Abnormal Socio-Psychology*, vol. 42, p. 33-44.

BRUNER J. S., POSTMAN L. (1947), Emotional selectivity in perception and reaction. *Journal of Personality*, vol. 16, p. 69-77.

BRUNSWIK E. (1943), Organismic achievement and environmental probability. *Psychological Review*, vol. 50, p. 255-272.

BURTON Ian, KATES Robert W. (1964), The perception of natural hazards in resource management. *Natural Resources Journal*, vol. 3, p. 412-441.

CASAMAJOR Jean (1927), Le mystérieux sens de l'espace. *Revue scientifique*, vol. 65, n.º 18, p. 554-555.

CAYROL Jean (1968), *De l'espace humain*. Paris, Le Seuil, 191 p.

CLAPARÈDE Edouard (1943), *Nouveau traité de psychologie*. Paris, PUF, t. VIII, cf. fasc. 3, "L'orientation lointaine".

CORNETZ V. (1909), Observations sur le sens de la direction chez l'homme. *Revue des Idées*, 15 juillet.

¹ Neste rápido apanhado, as pesquisas contemporâneas dos autores de língua francesa passaram despercebidas. Elas são o assunto do artigo paralelo de A. Frémont. Destaquemos, entretanto, a originalidade dos trabalhos de J.-L. Fiveteau (1969).

- CORNETZ V. (1913), Le cas élémentaire du sens de la direction chez l'homme. *Bulletin de la Société de Géographie d'Alger*, 18^e année.
- DEFFONTAINES Pierre (1968) in JOURNAUX André, DEFFONTAINES Pierre, J. BRUNHES-DE-LAMARRE Mariel, *Géographie générale*. Paris, NRF, coll. La Pléiade.
- DEMANGEON Albert (1905), *La plaine picarde*. Paris, Armand Colin, 486 p.
- DEMANGEON Albert (1923), *L'Empire britannique. Etude de géographie coloniale*. Paris, Armand Colin, 280 p.
- DEMANGEON Albert (1940), La "géographie psychologique". *Annales de Géographie*, vol. 59, p. 134-137.
- DOWNS Roger M. (1970), Geographic space perception : past approaches and future prospects. P. 65-108 de : BOARD Christopher, CHORLEY Richard J., HAGGETT Peter, STODDART David (éd.), *Progress in Geography II*. Londres, Edw. Arnold.
- FONCIN Pierre (1898), *Les pays de France*. Paris, Armand Colin, 81 p.
- GALLAIS Jean (1967), *Le delta intérieur du Niger. Etude de géographie régionale*. Dakar, IFAN, 2 vol., 621 p.
- GALLOIS Lucien (1908), *Régions naturelles et noms de pays*. Paris, Armand Colin, 356 p.
- GAUTIER Emile-Félix (1908), *Missions au Sahara*. Paris, Armand Colin.
- GEDDES Arthur (1927), *Au pays de Tagore : la civilisation rurale du Bengale occidental et ses facteurs géographiques*. Montpellier.
- GOULD Peter (1966), *On mental maps*. Michigan Inter-University Community of Mathematical Geographers, Discussion Paper n.° 9. Repris aux p. 260-282 de : ENGLISH Paul Ward, MAYFIELD Robert C. (éd.) (1972), *Man, space and environment*. Londres, Oxford University Press.
- GOULD Peter, WHITE R. R. (1968), The mental maps of British school leavers. *Regional studies*, vol. 2, p. 161-182.
- GOULD Peter, WHITE R. R. (1974), *Mental maps*. Harmondsworth (Middlesex), Penguin Books, 204 p.
- HALL Edward T. (1969), *The hidden dimension*. Garden City, New York, Doubleday, 217 p. Traduction française : *La dimension cachée*. Paris, Le Seuil, 1971, 253 p.
- HARTSHORNE Richard (1939), *The nature of geography. A critical survey of current thought in the light of the past*. Annals of the Association of American Geographers, vol. 29, 1939, p. 171-658.
- KATES Robert W. (1962), *Hazard and choice perception in flood plain management*. University of Chicago, Department of Geography Research Paper n.° 78, 157 p.
- KATES Robert W. (1963), Perceptual regions and regional perception in flood plain management. *Papers of the Regional Science Association*, vol. II, p. 217-227.
- KATES Robert W., WOHLWILL J. F. (éd.) (1966), *Man's response to the physical environment*. Journal of Social Issues, vol. 22. Cf. CALHOUN J. B., The role of space in animal sociology, p. 46-58. — GUTMAN Robert, Site planning and social behavior, p. 103-115. — KATES Robert W., Stimulus and Symbol : the view from the bridge, p. 21-28. — PARR A. E., Psychological effects of urbanology, p. 39-45. — SOMMER Robert, Man's proximate environment, p. 59-70. — SONNENFELD Joseph, Variable values in space and landscape : an enquiry into the nature of environment necessity, p. 71-82. — WOHLWILL J. F., The physical environment : a problem for a psychology of stimulation, p. 29-38. — WOLPERT Julian, Migration as an adjustment to environmental stress, p. 99-102.
- KIRK William (1952), Historical geography and the concept of the behavioral environment. P. 152-160 de : Indian Geographical Society. *Silver Jubilee Souvenir and N. Subrahmanyam Memorial Volume*.
- KIRK William (1963), Problems of geography. *Geography*, vol. 48, 1963, p. 8-16.
- LOWENTHAL David (1961), Geography, experience and imagination : towards a geographical interpretation. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 51, n.° 3, p. 241-260.

- LOWENTHAL David (éd.) (1967), *Environmental perception and behavior*. Chicago, University of Chicago, Department of Geography Research Paper n.º 109. Cf. : APPEYARD Donald, LYNCH Kevin, MYER John R., The view from the road, p. 78-88. — BECK, Robert, Spatial Meaning and the properties of the environment, p. 18-41. — KATES Robert W., The perception of storm hazard on the shores of Megalopolis, p. 60-74. — SONNENFELD Joseph, Environmental perception and adaptation level in the Arctic, p. 42-59. — TUAN Yi-fu, Attitudes towards environments : themes and approaches, p. 4-17.
- LYNCH Kevin (1960), *The image of the city*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, VII + 194 p.
- MARIE Pierre, BEHAGUE P. (1919), Syndrome de désorientation dans l'espace. *Revue neurologique*, vol. 26, n.º 1, p. 1-14.
- MATORÉ Georges (1962), *L'espace humain*. Paris, La Colombe.
- MOLES Abraham A., ROHMER Elisabeth (1972), *Psychologie de l'espace*. Paris, Casterman, 163 p.
- PACKARD Vance (1972), *A nation of strangers*. New York, XIV + 368 p.
- PIAGET Jean (1936), *L'origine de l'intelligence chez les enfants*. Neuchâtel et Paris, Delachaux et Niestlé.
- PIAGET Jean, ISHELDER B. (1948), *La représentation de l'espace chez l'enfant*. Paris, PUF.
- PIVETEAU Jean-Luc (1969), Le sentiment d'appartenance régionale en Suisse. *Revue de géographie alpine*, vol. 57, n.º 2, p. 361-382.
- PROSHANSKY Harold M., ITTELSON William H., RIVLIN Leanne G. (éd.) (1970), *Environmental psychology. Man and his physical setting*. New York, Holt, Rinehart and Winston, XII + 690 p.
- RABAU D Etienne (1927), *L'orientation lointaine et la reconnaissance des lieux*. Paris, Alcan.
- ROCHFORD Renée (1961), *Travail et travailleurs en Sicile. Etude de géographie sociale*. Paris, PUF, 363 p.
- SAARINEN Thomas F. (1966), *Perception of the drought hazard on the Great Plain*. Chicago, University of Chicago, Department of Geography, Research Paper n.º 106, 183 p.
- SIMON H. A. (1957), *Models of man, social and rational, Mathematical essays on rational human behavior in a social setting*. New York, Wiley, XIV + 287 p.
- SOPHER David (1973), *Cultural landscape and regional identity : notes on a european tour*. Manuscrit inédit, 16 p.
- SOPHER David (1974), Toward a rediscovery of India : thoughts on some neglected geography. in : Mikesell Marvin (éd.), *Geographers abroad : essays in the problems and prospects of research in foreign areas*. University of Chicago, Department of Geography, Research paper.

SUMMARY

Geography and space perception. The problems of distant perception greatly interested psychologists and geographers at the beginning of the century, then went out of style. In France, subjectivity held an important place in regional analysis in as far as it headed feelings of belonging, as they show up in district names. But the systematic pursuit of research in this field is more recent: it was provoked by the deficiencies of the economical approaches in anglo-saxon countries; the influence of phenomenological themes helped to specify it. The new dimensions thus taking shape lead us to question all of geography.

RÉSUMÉ

Les problèmes de la perception lointaine ont passionné au début du siècle psychologues et géographes, puis ils sont passés de mode. En France, l'analyse régionale faisait une place importante à la subjectivité dans la mesure où elle tenait compte des sentiments d'appartenance tels qu'ils se manifestent à travers les noms de pays. Mais la poursuite systématique des recherches dans ce domaine est plus récente: elle est née, dans les pays anglo-saxons, des insuffisances des approches économiques; elle s'est précisée grâce à l'influence des thèmes phénoménologiques. Toute la géographie se trouve remise en cause par les nouvelles dimensions ainsi mises en relief.